

Encontro do Cooperativismo Solidário e da Agricultura Familiar

Documento Síntese



Juntos Somos Fortes

1. Introdução

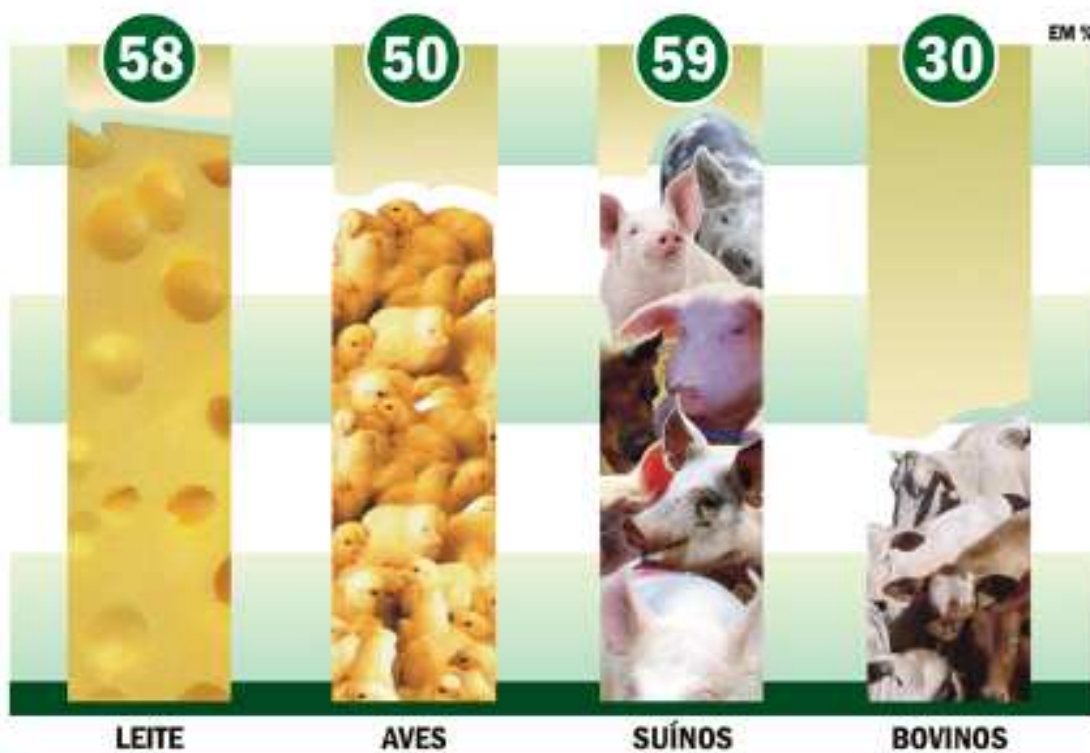
A União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES/PR) e a Central Cresol Baser comemorando neste ano de 2010 seus quinze anos de fundação promoveram em parceria o evento “**Encontro do Cooperativismo Solidário e da Agricultura Familiar**”, com o objetivo de aprofundar temas de importância do cooperativismo solidário e trocar experiências com outras organizações cooperativas do Brasil e países da Europa, América Latina, América Central e Caribe.

Através do Encontro pretendeu-se também, disponibilizar aos dirigentes, colaboradores, gestores públicos, estudantes, agricultores, informações e propostas, que poderão contribuir no fortalecimento de uma nova visão de organização social, econômica e cultural.

Reconhecida como uma categoria social, conforme Lei nº 11.326/2006, a Agricultura Familiar brasileira, vem a cada ano mostrando seu valor e importância para o desenvolvimento do País. Composta por 4,2 milhões de estabelecimentos, ela é responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária e suas cadeias produtivas correspondem a 10% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) do País. Representa 84% dos estabelecimentos rurais e emprega 70% da mão-de-obra do campo. Além disso, é responsável pela maioria dos alimentos na mesa dos brasileiros: 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% da bovinocultura do leite, 50% das aves e ovos, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 30% bovinocultura de corte, 21% do trigo, 16% da soja, entre outros, conforme gráfico.



Encontro do Cooperativismo Solidário e da Agricultura Familiar



Com ênfase na organização de base, o Cooperativismo Solidário e da Agricultura Familiar, busca resgatar os valores e os princípios de sua origem e

ajustá-los ao novo contexto de desenvolvimento do meio rural brasileiro, profundamente influenciado pelos meios de comunicação de massa e por padrões de consumo baseados em valores como o individualismo e a competição.

O cooperativismo Solidário está passando por um momento político e estrutural importante, com perspectivas de um cenário promissor, cheio de novas oportunidades e desafios. Mesmo com os avanços dos últimos anos, o Brasil deverá continuar se fortalecendo e as ações de desenvolvimento de governo em favor do cooperativismo de economia solidária se justificam na medida em que visam a promoção da democracia econômica, o combate às desigualdades e a pobreza presentes na sociedade e a garantia da reprodução dos projetos de vida e de produção dos indivíduos.

É nesse contexto que a UNICAFES/PR e a CENTRAL CRESOL BASER estão se desafiando a organizar um novo cooperativismo, no qual a construção coletiva e solidária é a meta principal. Estimular iniciativas de base, nos diversos ramos, aproximar trabalhadores da cidade e do campo, recriar relações que valorize o trabalho, a preservação ambiental, o crescimento intelectual, o bem estar das pessoas, além de lutar por políticas públicas favoráveis.

Através desse **Documento Síntese**, temos a intenção de reunir as principais idéias, apresentadas e discutidas, nas “Conferências e nas Oficinas temáticas”, sobre os temas de grande relevância para o Cooperativismo Solidário e para a Agricultura Familiar, com a intenção de subsidiar a construção de políticas públicas e fortalecer o movimento cooperativista nacional.

2. O cooperativismo como instrumento de desenvolvimento

Há mais de 100 anos já se tem relatos do cooperativismo no Brasil, contudo, temos ainda muito a aprender sobre as possibilidades que essa forma de organização social/econômica pode contribuir para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, dos trabalhadores urbanos, artesões, profissionais liberais, entre outros e,



sobretudo, para as camadas sociais com maior dificuldade.

Apesar de a lei geral que regulamenta as sociedades cooperativas ser ultrapassada (Lei 5.764/71) criada no regime militar, com controle estatal e para-estatal, visando dificultar a expansão do Cooperativismo de Economia Solidária, importantes conquistas já foram possíveis, através de lutas e mobilizações sociais, sobretudo, por aqueles segmentos que durante décadas foram relegados a segundo plano pelas políticas públicas. Dentre as conquistas podemos citar:

2.1 Na área política, organizativa e estrutural

a) A constituição de redes de cooperativas de base em diversos ramos (segundo dados oficiais existem 136 redes de cooperativas) com razoável capacidade de articulação social;

b) A criação de entidades de representação nos Estados, com o propósito de articular e apoiar a expansão e o desenvolvimento do cooperativismo solidário;

c) Constituição da Unicafes Nacional como instância maior do cooperativismo solidário;

d) Reconhecimento político por parte dos órgãos governamentais, como entidade de representação do cooperativismo de Economia Solidária com participação efetiva nos debates estratégicos do país.

2.2 Na área econômica

a) Expansão do cooperativismo de crédito, contribuindo para a democratização e acesso ao crédito rural, através de organização de estruturas de captação e empréstimo, tanto de recursos públicos, quanto próprios, disponibilizando em torno de Um bilhão de reais, na última safra, para os agricultores familiares nos três do Sul.

b) Organização de redes de cooperativas para comercialização de produtos, como forma de agregação de valor e valorização das políticas públicas de abastecimento alimentar.

c) Organização de cooperativas de produção da Agricultura Familiar, para auxiliar as ações voltadas ao planejamento da produção, bem como, ações na



melhoria da qualidade da matéria primas, sobretudo, na cadeia produtiva do leite nos três estados do Sul.

d) Organização de cooperativas de serviços técnicos e extensão rural, com a intenção de disponibilizar acompanhamento e apoio as famílias que pouco tem acesso ao conhecimento e as inovações tecnológicas.

2.3 Na área social

Através do cooperativismo solidário, recursos públicos foram acessados com vistas a atender demandas sociais, tanto para a população rural, quanto urbana, nos pequenos municípios do Paraná em projetos de habitação, gênero e geração e bem estar familiar. Por outro lado, programas sociais como Universidade para Todos (PROUNI), Luz para Todos, Escolas Técnicas e aumento no número de vagas nas Universidades tem criado condições para que a vida no campo alcançasse índices razoáveis de qualidade de vida e recriando perspectivas para os jovens permanecerem na atividade rural.

2.4 Na área da formação

Com a preocupação de qualificar as pessoas, o Cooperativismo Solidário têm implementado de forma permanente programas de formação, para atender as exigências desse novo contexto de organização econômica, social e ambiental, inclusive, a Central Cresol Baser criou o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS) para auxiliar na construção de metodologias e propostas de formação que consiga atender as necessidades do cooperativismo. Entre as ações de formação e capacitação estão àquelas voltadas à visão e os princípios do cooperativismo, capacitação para a gestão econômica dos empreendimentos cooperativos, a qualificação técnica para atuar na produção, formação de agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, formação para técnicos, diretores e colaboradores.

Por esses e outros motivos, pode-se afirmar que o cooperativismo é um instrumento de desenvolvimento, pelo qual possibilita a criação de espaços de autonomia e oportunidades para transformação da realidade, por meio de iniciativas



de base, locais ou regionais, que de outro modo, não ganhariam força, portanto, a solidariedade entre os diferentes ramos cooperativos é condição imprescindível para o sucesso do projeto do cooperativo solidário.

Entretanto, nesse processo de transformação social, o cooperativismo solidário pode se transformar num dos principais atores, para isso, é fundamental garantir algumas características de seu ideário. a) irradiar sua ação para todos os integrantes de um ramo produtivo ou uma comunidade; b) a preocupação com a inclusão social e combate a pobreza; c) respeito à pluralidade organizacional existente no meio social e as diferentes formas democráticas de gestão interna; d) a articulação em forma de redes e sistemas, como instrumentos que amplia o processo de participação da base; e) a descentralização e a autonomia coletiva como abordagem estratégica e forma de construção de capital social; f) fortalecer os processos de formação e capacitação de sua base social e g) mesmo com as raízes nos movimentos sociais, o cooperativismo solidário deve lutar pela sua autonomia política e econômica.

3. As reivindicações do Cooperativismo Solidário e da Agricultura Familiar

3.1 Necessidade de um novo Marco Regulatório – A lei geral das sociedades cooperativas é ultrapassada, excludente e não estimula a organização cooperativa. Tramita no Senado Federal uma nova lei, que busca atender as novas necessidades do cooperativismo e que esteja de acordo com a Constituição Federal, ou seja, liberdade de constituição, liberdade de representação, fim da tutela do estado e autonomia de gestão das cooperativas através de mecanismos de capitalização e plena participação dos associados. Nesse sentido, reiteramos nosso pedido de urgência na análise e votação da nova lei.

3.2 Apoio e incentivo à expansão do número e da participação das cooperativas na vida nacional – O cooperativismo solidário é um instrumento fundamental para enfrentar os históricos problemas de pobreza, abandono e da falta



de políticas de apoio ao desenvolvimento regional. Por meio do cooperativismo solidário é possível combinar a dimensão econômica, a dimensão social, ambiental, cultural e política, favorecendo a cooperação, a solidariedade, a autodeterminação e a construção de espaços de convivência digna. Portanto, reivindicamos maior incentivo governamental ao cooperativismo, na expansão e na participação nas diferentes esferas do poder.

3.3 Simplificação tributária, contábil e fiscal – Os tributos que incidem sobre as sociedades cooperativas são excessivos e impedem o desenvolvimento das mesmas. É necessária uma melhor definição do Ato Cooperativo para poder criar as possibilidades de desoneração tributária por meio de transferência de obrigações ao associado ou ao consumidor, com isso, permitir que as cooperativas sejam de fato um instrumento de transformação social.

3.4 Relações com governo e as políticas públicas - O Cooperativismo Solidário e a Agricultura Familiar têm importante papel na divulgação e implementação de políticas públicas, além é claro, de redução de custos e de inadimplência para o Tesouro. Mais do que justo, reivindicar do governo recursos para quem cumpre importante papel social, na organização de base, na formação/capacitação, no estímulo ao desenvolvimento local, na luta pela construção de cidadãos, entre outras, e para quem aplica com responsabilidade os recursos públicos. Nesse sentido, reivindicamos mais e melhores políticas para o trabalho de Ater, para a produção leiteira, para agroindustrialização familiar, para a formação e capacitação de trabalhadores rurais e urbanos, para a adequação sanitária, para adequação ambiental, entre outras.

3.5 O reconhecimento público do cooperativismo - O cooperativismo de economia Solidária e da Agricultura Familiar merece reconhecimento de caráter público, tanto por parte da população, quanto por parte do governo, embora paira no ar uma certa desconfiança quanto a diferença das cooperativas e das empresas. É necessária uma forte ação para mostrar que as cooperativas são organizações sem



fins lucrativos e as ações sociais devem demonstrar isso. Portanto, o estímulo ao controle social nas cooperativas constitui-se o principal instrumento de transparência e credibilidade.

3.6 Integração dos ramos cooperativos – Através do cooperativismo de base e solidário, os segmentos sociais mais fragilizados buscam o crescimento econômica e como consequência uma forte diversificação de ramos produtivos e de cooperativas nos municípios. No entanto, para um agricultor familiar que tem como princípio a diversificação produtiva, é fundamental que haja proximidade entre os diferentes ramos e respectivas cooperativas.

4. Síntese das Conferências e das Oficinas temáticas

Conferência 01: Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Nutricional e a Missão do Cooperativismo Solidário.

*Dom Mauro Morelli – Bispo de Duque de Caxias RJ
Alberto Broch – Presidente da Contag
Assis do Couto – Deputado Federal*

Segundo Dom Mauro Morelli, a visão de esperança é o que reúne o povo em um evento como esse. A celebração da vida e do amor. O casal gera os filhos na intimidade do amor, mas a família se forma ao redor da mesa, e é ao redor da mesa onde as experiências são passadas de pai para filho.

A igreja doméstica é a grande igreja. A família é a base de tudo que somos e vivemos, pois a agricultura familiar coloca a comida na mesa de um de nós. A celebração ao redor da mesa faz a base da sociedade, e um dos desafios é montar uma entidade que trabalhe através da fé a segurança alimentar, unindo tecnologia e fé.

Ao comentar sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Dom Mauro Morelli, afirma que ela representa o fortalecimento da agricultura familiar, que a medida provisória que se transformou em lei é um dos principais



acontecimentos do governo, porque garante que alimentos saudáveis, e a educação alimentar, levam a mudança de hábitos.

Para Dom Mauro, é preciso levar a sério a questão nutricional, pois trabalhar com educação é trabalhar pela paz do mundo. Cumprir a lei é uma questão de competência das entidades da sociedade civil. Destaca a Cresol como organização da Agricultura Familiar competente, pois já mostrou isso há 15 anos.

Convoca a agricultura familiar a ser a produtora exclusiva para a educação. A agricultura familiar trabalha para converter moeda em comida, de um fundo constitucional o trabalhador familiar, ter recursos para produzir para a escola. E a educação é a grandeza da lei. Dom Mauro citou uma frase do Papa Paulo VI a quarenta anos a traz que dizia “a primeira questão a ser colocada em um modelo de desenvolvimento é colocar comida na mesa das pessoas”. Sem alimento não há educação e a agricultura familiar toma status de educador.

O segundo painelistas o Senhor Alberto Broch, Presidente da Contag, destacou que as transformações são derivadas da nossa organização. Lembrou como é difícil falar da história do Brasil sem falar da história dos produtores, do cooperativismo. Precisamos valorizar nossa luta e conquistas que tivemos nos últimos anos. Evoluímos no conceito da agricultura familiar, importante para a sociedade brasileira, que vem compreendendo o significado da agricultura e o papel fundamental na visão de desenvolvimento.

Vivemos historicamente num país em que a sociedade prega a tecnologia, sem população no campo, sem pensar na produção de alimentos. O que estamos mostrando é a capacidade da agricultura familiar. O IBGE afirma que a agricultura familiar é responsável por mais de 40% do PIB agrícola, números estimuladores que fortalecem a agricultura. A organização dos grandes produtores do agronegócio brasileiro, afirmam que isso não é verdade e dizem que agricultura é tudo igual.

Se pra eles, a agricultura familiar é tudo igual, porque não repartir as terras, afirmou. Para Alberto, é fundamental a valorização da agricultura familiar pelas Políticas Públicas. Resgatar o papel do Estado para os agricultores. Quem vai garantir na prática a lei da merenda escolar é a organização dos agricultores através de suas entidades citando como exemplo a Unicafes.



As lutas como “O grito da terra” foi importante no Senado para mostrar o quanto a sociedade organizada pode contribuir e auxiliar o Estado na execução de políticas estratégicas.

Precisamos nos organizar em Cooperativas, sindicatos, associações e lutar também por mudanças na representação política, bem como no legislativo. Segundo Alberto a importância de ter representantes no parlamento comprometidos com a visão de desenvolvimento e Políticas Públicas é uma questão de sobrevivência para a agricultura familiar.

O terceiro painelista Deputado Federal Assis Miguel do Couto destacou a juventude da agricultura familiar como uma questão importante e, o cooperativismo deve dar maior atenção, citou também a importância do trabalho da Arcafar em estar educando jovens para que continuem no campo.

Mesmo com diversas políticas públicas, como a lei da agricultura familiar, da compra de alimentos, da Ater, Alimentação Escolar, ainda precisa ser criada uma política pública de incentivo ao cooperativismo o qual tem que ser visto como algo de interesse público.

Não existem meios de se alcançar os objetivos da segurança alimentar e nutricional sem a agricultura familiar cumprir o desafio da educação e dos princípios adotados por Dom Mauro, no que se refere a colocar a família ao redor da mesa.

Assis citou o debate sobre a questão ambiental que caminha para a polarização entre ambientalista e ruralista, tendo pouca percepção do que acontece nas comunidades rurais. A Agricultura Familiar tem que ser tratado de forma diferenciada na lei. Apelo ambiental e pela diversidade. Para Assis esse evento traz uma marca para que todos posamos continuar nessa direção.

Oficina 01: Agroindústrias Familiares e SUASA

Rogério Ern – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Horácio Slongo - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
Beto Arisi – Prefeito Salgado Filho/PR

A agroindustrialização familiar é estratégica para a agregação de valor aos produtos, para a geração de oportunidades de trabalho e renda, bem como, a



criação de marcas e referências de produtos, facilitando o acesso aos mercados. No entanto, as exigências da lei têm desestimulado a organização dos agricultores na busca por outros mercados que vão além das fronteiras do município. Por isso, a implementação do SUASA é fundamental para criar as condições políticas e estruturais para se avançar nessa proposta. Dentre os pontos identificados na oficina destacam-se:

- Dificuldades de entendimento de todo o processo do Suasa
- Melhorar o planejamento da produção nas agroindústrias de pequeno porte
- Pouca participação do SIF no debate
- As normas e as leis devem atender as necessidades da agroindústria de pequeno porte.
- Fomentar a criação de consórcios municipais
- Ampliar o debate do Suasa em todas as áreas.
- Criação de normas de produção regional
- Organizar forma de adesão ao Suasa, nos diferentes níveis.

Oficina 02: Políticas Públicas, Segurança Alimentar e Nutricional

Rogério Colombini de Moura Duarte- Conab
Ivan Domingos Carvalho – FNDE/CECANE/FNDE
Gervásio Plucinski – Unicafes Nacional

Segundo Rogério, a garantia de abastecimento alimentar e nutricional do País está sustentado na agricultura familiar e na organização do cooperativismo e na articulação com as políticas públicas, promovendo a construção de novos mecanismos e efetivação das oportunidades existentes. Ressalta o papel da Agricultura Familiar na produção de alimentos, segurança alimentar e nutricional, sendo este um determinante para autonomia familiar e para concretização da responsabilidade alimentar dos governos para com a humanidade.

Para o Presidente da UNICAFES Nacional, a agricultura familiar além de garantir o abastecimento alimentar e proporcionar soberania seu povo, também, pode dar importantes contribuições econômicas, ambiental e social. Gervásio destaca as contribuições que a Unicafes Nacional tem dado para a construção de políticas



públicas para os setores que foram ao longo das histórias relegados a segundo plano pelos governos.

Para Ivan Domingos Carvalho, a lei que instituiu o Programa Nacional da Alimentação Escolar, induz a um processo de aceleração da especialização e organização dos agricultores familiares para viabilizar o atendimento às necessidades de alimentos demandados pelas escolas.

A evolução das políticas públicas na Agricultura Familiar depende também de outras condicionantes como, melhor organização dos serviços de Ater, valorização dos jovens como sucessores da atividade rural, rápidos ajustes na legislação agroindustrial de pequeno porte, além é claro, do acesso à terra.

A Unicafes tem o papel de operacionalizar e continuar puxando a discussão e representando a Agricultura Familiar.

Oficina 03: Educação Profissional e Sucessão na Agricultura Familiar

José Milani – Arcafar

Milton Silvestro – Pesquisador Epagri/SC

Zita Cardoso Machado – Instituto Federal de Educação Tecnológica

As mudanças que vêm passando a Agricultura Brasileira exigem cada vez mais qualificação, eficiência e eficácia para se tornar minimamente competitivo, portanto, é fundamental investimentos em formação e profissionalização, através de parcerias com Instituições de Ensino e os processos existentes no contexto da educação profissional, dando ênfase para a construção de parcerias estratégicas com Universidades, Casas Familiares Rurais e Centros de Formação Alternativa, para validação e confirmação dos processos de sucessão na Agricultura Familiar. Nesse sentido a oficina identificou as seguintes alternativas:

- As direções de cooperativas devem colocar o trabalho com os jovens como prioridade;
- Estimular a construção de uma política pública de aquisição de terra para o jovem que queira permanecer na agricultura;
- Estimular a criação de espaços conjuntos de pais e filhos para discutir a sucessão na propriedade;
- Estimular o trabalho de pais e filhos dentro das propriedades;



- Volta da escola pública do campo
- Estimular a criação de uma política de geração de renda para o jovem agricultor (na forma do primeiro emprego) como estímulo para esses permanecerem na agricultura

Oficina 04: Novo Marco Regulatório e Governança Cooperativa

Edson Feltrin – Banco Central do Brasil
Erik Jansem – Rabobank – Holanda
Daniel Rech – Assessor Jurídico Unicafe Nacional

No resgate histórico do cooperativismo fica evidente que os desafios normativos não são recentes, mas sim fazem parte da história e que na maioria das vezes a intervenção do estado não foi no sentido de fortalecer o segmento, mas sim de controlá-lo.

A partir de 1988, com a nova constituição algo de novo aconteceu na vida das cooperativas, onde foi propiciado uma maior abertura ao processo organizativo e de representatividade, porém nos anos 90 há novamente um retrocesso na legislação em especial nos aspectos tributário eliminando conquistas históricas para o cooperativismo, onerando fortemente alguns segmentos cooperativos, em alguns casos, chegando a comprometer sua viabilidade econômica. Também destaca-se um impasse relacionado ao SESCOOP, não na essência do programa, mas sim na forma de acesso e controle.

A partir de 2004, alguns avanços foram significativos, dentre eles a lei da agricultura familiar, a lei cooperativista no estado da Bahia, e a nova lei complementar do cooperativismo de crédito (LC 130).

Há também frustrações em relação a legislação cooperativista. Destaca-se a legislação relacionada ao ATER. A lei está apropriada, porém sua regulamentação fortalece a estrutura de Ater oficial, não atendendo a demanda do segmento cooperativista de ATER. Em segundo o projeto de lei das cooperativas de trabalho, no qual não respeita os princípios cooperativistas e os vincula as relações trabalhistas, diferenciando em pouco sua vinculação a empresa normal.



Há também preocupações futuras, dentre elas, a nova lei geral das cooperativas, que se arrasta desde 1998, bem como, o projeto de lei tributária para as cooperativas, que precisa considerar a diferença entre cooperativas de pequeno porte e cooperativas de grande porte.

Na apresentação histórica do Rabobank, percebe-se uma forte semelhança em relação ao nascimento do sistema Cresol. Na estrutura organizacional há assembleia geral que define as grandes linhas de ação da cooperativa, há um conselho administrativo eleito em assembleia, porém não possui exigência operacional. Este papel é desenvolvido por diretores executivos contratados pelo conselho fiscal da cooperativa.

Nos últimos anos, houve um aumento significativo de controle e novas normas regulamentares relacionadas ao cooperativismo de crédito Holandês. Isso forçou um debate se o banco deveria se tornar um banco privado, ou continuar como um banco cooperativo. A definição foi por continuar como banco cooperativo, mas com forte investimento em instrumento de gestão de profissionalização da administração. A Gestão operacional foi transferida para executivos contratados. Atualmente as cooperativas não possuem mais conselho de administração, mas sim um Conselho Fiscal que contrato os executivos responsáveis pela gestão das cooperativas.

Em relação aos atos normativos do banco central, apresentou-se as últimas alteração através da resolução 3.859 com destaque para o reconhecimento das confederações de crédito, como também a abertura para um quadro social mais abrangente sem perder as características iniciais das cooperativas segmentadas. A maior parte das alterações está em função da adaptação a Lei Complementar 130 e aperfeiçoamento do sistema de governança nas cooperativas de crédito.

Desafios relacionados ao cooperativismo

1 – Acesso aos recursos do SESCOOP, para cooperativas que não estejam filiadas a OCB, como também participação em seu Conselho Decisório;



Encontro do Cooperativismo Solidário e da Agricultura Familiar



- 2 – Evoluir para uma nova lei geral do cooperativismo considerando a relação social e solidária como alicerce e princípios estruturantes da nova lei;
- 3 – Apoio e incentivo a expansão do cooperativismo a nível nacional;
- 4 – Simplificação tributária, contábil e fiscal para as cooperativas, permitindo que um número maior de pessoas possa compreender suas operações;
- 5 – Estimular e fortalecer organização de grandes redes de cooperativas a nível nacional;
- 6 – Estimular a transformação de nossas cooperativas em empreendimentos com viés social;
- 7 – Estruturar um processo de governança que atenda a necessidade de gestão profissionalizada das cooperativas com garantia da participação dos cooperados no processo decisório;
- 8 – Retomada do projeto de lei geral do cooperativismo, atendendo as reivindicações do segmento solidário reconhecidos pela UNICAFES;
- 9 – Novo formato para o Programa de Habitação Rural orientado para ser operado por Cooperativas de Crédito, podendo ser oriundo do Ministério das Cidades ou Criação de uma linha de Crédito no Ministério de Desenvolvimento Agrário para este fim;
- 10 - Constituição de um Fundo Rotativo Solidário para fomento as cooperativas de crédito de pequeno porte;
- 11 – Reconhecimento do investimento de projetos e convênios em cooperativas como de interesse público;
- 12 – Acesso aos recursos do território da cidadania através das cooperativas de crédito;
- 13 – Criação do Departamento do Cooperativismo dentro do MDA;
- 14 – Ampliação dos recursos de fomento ao cooperativismo;
- 15 – Inclusão no currículo escolar o tema cooperativismo;



Juntos Somos Fortes

Oficina 05: Sementes, Transgênicos e Agrotóxicos

Daniela Macedo Jorge – Anvisa

Marcelo Silva – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

Segundo Daniela o conceito de agrotóxico é bem amplo, sendo necessária uma aprovação e registro legal concedido pelos órgãos governamentais federais comprovando a eficácia do produto, responsáveis em garantir a segurança do produto, até para os insumos utilizados na agricultura orgânica se faz necessário uma avaliação e aprovação prévia.

O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) é o responsável em avaliar a eficácia. o IBAMA é responsável pela avaliação do impacto ambiental gerado pelo agrotóxico e a ANVISA avalia os danos causados a saúde humana, com base nessas avaliações o governo através dos órgão competentes realiza uma classificação de toxicidade, sendo a cor vermelho para os produtos mais tóxicos, para essa classificação se realizam estudos com cobaias e análises laboratoriais do produto.

Todo agrotóxico possui um ingrediente ativo que atua diretamente sobre um alvo específico, exemplos – fungos, insetos, plantas e outros. Atualmente o Brasil possui mais de mais de 400 tipos de ingredientes ativos registrados (agrotóxicos), com uma diversidade muito grande, e todos aqueles que estão expostos a esses produtos podem sofrer com problemas a saúde.

Existem várias formas de absorção dos agrotóxicos pelo organismo, dérmica, ocular, respiratória e oral. Geralmente a intoxicação com o agrotóxico causa sérios problemas de saúde as pessoas podendo levar a morte, de maneira bem sofrida (ex: fibrose pulmonar).

Muitos agricultores têm o conceito de que o agrotóxico é um “remédio” para a lavoura, sem ter uma real consciência dos problemas à saúde das pessoas, onde muitos agrotóxicos podem causar câncer, aborto, problemas neurológicos graves, etc.

No Brasil a Anvisa registra remédios com uma validade de 5 anos por registro,



um agrotóxico não necessita de renovação a validade é por tempo indeterminado (vitalício), alguns produtos possuem registros a mais de 30 anos, hoje a Anvisa trabalha com reavaliação dos agrotóxicos para impedir o uso daqueles que causam problemas a saúde comprovadamente.

Alguns efeitos nocivos característicos a saúde causados pelo uso de agrotóxicos podem gerar a proibição do uso do produto (ex: Thiamaron – metamidofós, que gera desregulação total da musculatura facial da pessoa, afetando o seu sistema nervoso, muitos dos sintomas aparecem a longo prazo).

Hoje a Anvisa possui um centro de toxicologia (RENACIAT – 0800 722 6001), que fornece atendimento imediato a pessoa com qualquer tipo de intoxicação por produtos tóxicos, agrícolas ou não. Todos os casos relatados são registrados e contabilizados no banco de dados da Anvisa dentro de um registro estatístico nacional. No Paraná entre 1995 – 2005 36% dos casos de intoxicação por agrotóxicos levaram os agricultores a cometerem suicídio.

A Anvisa possui um programa chamado PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos), realizando análises com amostras coletadas em supermercados, permitindo um monitoramento do nível de contaminação dos alimentos, mensurando a quantidade de agrotóxicos mínima permitida e indicando os danos a saúde humana causado pela excesso de agrotóxico, o PARA mostra que os principais produtos agrícolas possuem uma quantidade maior do que o permitido de agrotóxicos pela Anvisa, sendo o pimentão um dos produtos com maior contaminação. Metamidofós, Acefato e Endosulfan aparecem na maioria dos produtos contaminados, os 3 afetam o sistema reprodutivo e altera a produção hormonal, em algumas regiões encontrou-se Endosulfan presente na água. Mais de 45 países já proibiram o uso de Endosulfan, no Brasil ainda é permitido o uso a Anvisa pede o banimento destes produtos do mercado nacional.

A Anvisa recentemente foi impedida por uma liminar apresentada pelas empresas produtoras de agrotóxicos de trabalhar com a avaliação dos agrotóxicos, o que preocupa é que mesmo sem expansão agrícola se observa um aumento na compra de metamidofós, produto que foi proibido na China, que por sua vez esta direcionando o produto para o mercado brasileiro.



No Brasil algumas irregularidades são comuns e a Anvisa busca trabalhar para que elas não aconteçam, o uso de agrotóxicos não permitido para determinada cultura é comum entre as práticas agrícolas além de uma constatação mais grave de irregularidades na fabricação de agrotóxicos.

Hoje existem 6 empresas que dominam o mercado nacional de agrotóxicos, que também dominam 68% do mercado mundial, sendo não mais do que 15 empresas que dominam totalmente o mercado, e com o tempo as empresas maiores estão comprando as menores além de incorporar as empresas de sementes, trabalhando desta forma um pacote tecnológico, concentrando cada vez mais o mercado, determinando como se planta e o que se come.

Precisamos fazer uma reflexão e nos questionar porque usamos agrotóxicos, é necessário? Ou simplesmente nos empurram isso? Temos que pensar em formas alternativas de produção.

Relata que a CTNbio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) tem um trabalho duvidoso sem o mínimo de critérios, desconsiderando os debates públicos com relação a liberação de transgênicos – OGM's (organismos geneticamente modificados), indo contrariamente a todas as posições negativas das organizações e instituições da sociedade civil e governamentais contrárias a liberação de transgênicos no meio ambiente.

Hoje no PR o consumo de agrotóxicos está em torno de 80 milhões de litros por ano, dados da última safra, essa conjuntura não permite uma coexistência com uma agricultura mais ecológica e familiar.

Hoje os agrônomos estão atuando com critérios comerciais e não mais se baseiam nas reais necessidades do agricultor levando em consideração os cuidados ambientais necessários para a preservação do meio ambiente, é necessária uma reflexão, pois hoje o Brasil tem 18 eventos OGM's liberados e com um uso em larga escala de agrotóxicos, tudo isso com prescrição agrônômica. O Siagro (Sistema de monitoramento e comércio e uso de agrotóxicos do estado do Paraná) programa que prevê um registro e posterior controle da comercialização e uso de agrotóxicos em todo o estado do Paraná, ficando essas informações liberadas dentro de um banco de dados aberto com controle da sociedade civil.



Atualmente existe uma normativa Federal dizendo que é possível a coexistência entre o OGM e o convencional, para isso em alguns casos se permitiu um aumento da dosagem residual presente no produto, como aconteceu no caso da soja OGM.

Entre 2004 – 2007 houve um aumento no uso de glifosato em aproximadamente 164% no mundo, pelo uso de OGM, além de um aumento na quantidade do uso do herbicida para controlar as plantas resistentes, principalmente em lavouras transgênicas.

A comercialização de agrotóxicos aumenta a cada ano desde 2005, além do glifosato outros produtos aumentaram bastante o seu uso, isso comprova os problemas de o uso de agrotóxicos.

A resistência de plantas invasoras é um fato e com isso alguns agrotóxicos que já não eram utilizados pelo seu alto poder toxicológico estão sendo utilizado novamente, como é o caso do paraquat e do 2,4 D, que são extremamente tóxicos. Algumas empresas estão desenvolvendo, por exemplo, uma soja transgênica resistente ao 2,4 D.

A SEAB Paraná realizou um estudo que comprova a poluição genética – contaminação em lavouras de milho, sendo o único estado a fazer esse controle com poder para interditar os lotes de sementes contaminadas.

Alguns agricultores relatam que cultivaram soja não OGM e fizeram contratos para ganhar prêmio na comercialização de uma soja diferenciada, mas que com a contaminação eles não conseguiram viabilizar a negociação.

No caso do milho a liberação prejudica a manutenção das variedades crioulas, pois a contaminação é real e esta comprovada. O custo de uma saca de semente de milho Bt no mercado hoje chega a R\$ 400 por uma saca com 15 kg.

Não existem certezas na produção de OGM no campo, pois o relato da Ctnbio de que a proteína transgênica é tóxica somente ao inseto alvo, sendo que nem mesmo se fez uma avaliação do milho Bt para uso em silagem. Em recente audiência pública em Brasília – DF o cientista responsável da Bayer cita fontes do google sobre a inocuidade do milho OGM. Além disso, a Ctnbio, afirma que os transgênicos não afetam os demais seres vivos que não são alvos.

As finalidades do OGM se manifestam de duas formas, resistir aos agrotóxico ou



ser o próprio “agrotóxico” - planta inseticida, sendo estes últimos causadores de sérios problemas ao meio ambiente, com relatos de outros países onde existem indícios de problemas com abelhas e até morte de vacas alimentadas com silagem de milho Bt.

Algumas informações demonstram que em condições favoráveis existe um instabilidade do milho yeldgard no campo, sendo atacado por lagartas igual a um milho convencional não OGM.

As empresas recomendam o plantio de convencional junto com o OGM, para viabilizar-lo, quase não se respeitam a determinação de espaçamento de 30 metros, muitos agricultores não plantam a bordadura.

A SEAB Paraná realizou um estudo de campo extremamente detalhado - O caso do milho no Paraná. Monitoramento da polinização de lavouras naturais por pólen transgênico, estudo que comprova a contaminação de milho convencional com pólen transgênico, sendo este estudo desconsiderado pela Ctnbio.

A CTNBIO também afirma que o agricultor familiar não tem noção do que é melhoramento genético, além de prestar um desserviço a sociedade prejudicando a sanidade da produção de sementes.

Esse estudo foi desenvolvido na região de Juranda-PR, gerando uma ação civil pública para impedir novos plantios de milho transgênicos.

A distância entre lavouras, relevo, clima influenciam para mais o para menos a contaminação com OGM, ficando claro que a legislação não leva em consideração estes aspectos e não permite um sistema de garantia e controle da não contaminação de OGM e a possível coexistência.

Propostas sugeridas para as cooperativas da Agricultura familiar:

A Unicafes deve identificar os agricultores que não querem plantar OGM, e fica aberta aos agricultores a possibilidade de se registrarem e serem acompanhados pela SEAB, e criar um proposta de viabilizar a produção de sementes de milho não OGM, variedades pela agricultura familiar.

A se propõe a ser o interlocutor entre o estado e suas agências (IAPAR e outras) de desenvolvimento agrícola para trabalhar a produção de sementes de milho.

Constituir uma cooperativa de sementes dentro da Unicafes, ainda estudando



esta possibilidade, além do uso de produtos diversos através de uma parceria com a Anvisa acessando informações sobre o uso e resultados.

Conferência 02: Interiorização do Desenvolvimento, Territorialidade e o Novo Rural

Adoniram Sanches Peraci – Sec. da Agricultura Familiar – MDA
Izabel Cruz – Forolacr – México
Eriberto Buckman – SDT/MDA
Valter Bianchini – Emater/PR

O desenvolvimento do interior brasileiro segundo Adoniran passa por um conjunto de medidas que se articulam simultaneamente, na qual questões como preservação ambiental, agricultura familiar e segurança alimentar com política monetária ajustada ao abastecimento formam um pilar de sustentação importante.

Uma segunda ação se refere a reorientação dos Bancos Públicos, Universidades, Instituições de Pesquisa, Abastecimento, entre outros, devem estar em sintonia com a agricultura familiar, estimulando a produção, controlando a inflação e gerando oportunidades de emprego e renda.

Uma terceira idéia defendida por Adoniran se refere ao conjunto de políticas públicas que podem alavancar a economia rural e valorizar iniciativas que vão além da produção agropecuária, como por exemplo, seguro da produção, serviços de Ater, política de alimentação escolar, nova relação com mercados, turismo rural, agroindustrialização. Afirma que o meio rural deve ir além das atividades rurais e estimular outras iniciativas de produção e agregação de valor que transcendem as atividades agropecuárias.

Para Izabel Cruz, os países da América Latina, Central e Caribe são extremamente carentes de políticas de desenvolvimento para o meio rural. Os governos não se preocupam com a agricultura. Izabel afirma a importância dos micro bancos populares e comunitários de poupança e empréstimos, como importante instrumentos de desenvolvimento do meio rural.

Destaca que o Brasil tem políticas públicas e leis bem definidas que regulam o desenvolvimento do cooperativismo, do sistema financeiro, de apoio ao



desenvolvimento rural e isso é exemplo para os países da América Latina, Central e Caribe, citando o Pronaf e o Programa Bolsa Família como um dos mais importantes do mundo.

Valter Bianchini destaca que o desenvolvimento sempre foi pensado dos grandes centros para o interior e isso trouxe junto os problemas de concentração de poder, pobreza, enfim, as mazelas das cidades grandes. O interior precisa superar a visão de que é só produção agropecuária e reconhecer que é possível ter indústrias, empregos, alternativas de renda e trabalho, bem como, qualidade de vida e bem estar.

É fundamental construir um leque de alianças e dialogar com os diferentes atores nos diferentes conselhos e espaços existentes no município ou na região.

No entanto, para o futuro da agricultura familiar é importante melhorar a renda e criar as alternativas de trabalho que permite sair da visão apenas produtiva para ações que são mais amplas. Destaca a dimensão ambiental como um grande trunfo em favor da Agricultura Familiar. Ser a guardiã do ambiente e cobrar pelos serviços de relevância que serão prestados a sociedade, reconstruindo, inclusive uma nova matriz produtiva e com sustentabilidade.

Oficina 06: Gênero e Cooperativismo Solidário

Vera Daller – Coopergênero
Luciana Rafagnin – Deputada Estadual/PT
Lina Viezzer – Consol

A oficina tratou de aprofundar as compreensões e consciência dos processos de Gênero, presentes no Brasil e mais particularmente no Estado do Paraná. Como painelistas participaram representantes do Ministério da Agricultura (MAPA), Instituto de Comunicação Solidária (COMSOL) e Deputada Luciana Rafagnin.

Para a representante do Ministério da Agricultura, vários avanços já foram conquistados na formulação e construção de políticas públicas de defesa do cenário de Gênero e Geração, sendo a última conquista a fundação da Secretária Especial de Políticas para Mulheres. Para o COMSOL, as organizações sociais necessitam aprimorar processos de comunicação Solidária, facilitando o contato com a base e recriando novas perspectivas no cenário da comunicação. Para a Deputada,



aconteceram vários avanços na organização e consciência do papel da mulher na sociedade, no entanto, existe ainda diferenças exorbitantes entre a presença masculina e feminina em todos os ambientes sociais.

As sugestões da oficina para as atividades do cooperativismo.

Gênero e Cooperativismo Solidário - Aponta a importância em fortalecer a Secretária de Gênero do Cooperativismo Solidário, envolvendo homens e mulheres na construção e defesa dos papéis individuais, discutindo linhas de ação sobre gênero dentro das Assembléias das cooperativas singulares, aprimorando o acesso ao Pronaf Mulher e Pronaf Jovem e aos Programas de Habitação.

Gênero e Comunicação Solidária - Afirma a necessidade em estruturar processos para fortalecer meios participativos e democráticos de Comunicação Solidária, estudando parcerias com Secretária Especial de Mulheres; Denacop; ComSol e outras instituições deste âmbito, articulando movimentos participativos e democráticos em questões de Gênero e comunicação solidária.

Gênero e gestão participativa - Aprofunda a necessidade em estruturar programas que valorizem e fortaleçam o trabalho econômico, político e social, provocando maior presença das mulheres e jovens nos conselhos administrativos das cooperativas, organizações da Agricultura Familiar, fortalecendo também movimentos políticos de representação.

Gênero e consciência ambiental - Aponta a importância em pensar processos e projetos de acompanhamento técnico e conscientização, que promovam respeito à saúde da mulher, através da educação ambiental e agroecológica no ambiente familiar.

Ao final, os participantes se comprometeram a trabalhar os processos de base junto a suas cooperativas, procurando ampliar a participação feminina nas Assembléias e outras atividades cooperativas, visando maior representação e participação nos processos de gestão.

Oficina 07: Acesso a Terra e Política Fundiária

Dino Castilho – SDT/MDA
Zaré Augusto Soares – Contag
Diego Kohwald – Fetraf/Sul
Arielson de Assis – MST



Para Dino Castilhos, representando a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) o Crédito Fundiário assenta no país mais famílias que o INCRA em função da estrutura descentralizada construída pelo Banco da Terra em todo o território nacional.

Segundo Zaré da Contag, os dados levantados pelo Censo Agropecuário de 2006, mostram a viabilidade econômica, ambiental, política e social da Agricultura Familiar frente ao Agronegócio. Esses avanços se devem muito as políticas públicas discutidas e construídas nos últimos anos que vão desde a comercialização, à habitação, crédito, seguro entre outras.

Segundo Diego (Fetraf/Sul) os agricultores tem direito a terra garantido pela constituição de 1988, tendo em vista que a terra deve cumprir sua função social de produzir alimentos. Dentre os desafios destacados por Diego foram:

- Segurança alimentar e garantia de renda para Agricultura Familiar;
- Preservação e conservação ambiental;
- Sucessão dos jovens e das famílias na Agricultura Familiar;
- Mudança no Marco Legal – Lei Complementar nº 93 de 1998 – que instituiu o Banco da Terra, hoje Programa Nacional de Crédito Fundiário, de maneira a considerar as especificidades da Agricultura Familiar.

Para Arielson de Assis representando o MST, o resgate do processo de lutas, que originou o Movimento dos Sem Terra (MST), o qual, segundo ele, seria compreendido a partir de revoltas como a de Canudos, Contestado e Ligas Camponesas.

O mesmo apresenta enquanto desafios os seguintes pontos:

- No Brasil ainda existe grandes latifúndios;
- O capital financeiro tem grande influência na concentração fundiária;
- A reforma política brasileira e à estrutura fundiária devem ser prioridades.

Para Arielson o processo de lutas deve desencadear soluções para os grandes desafios apontados, entre eles destacamos;

- Ocupação da terra;
- Organizar o povo;
- Reforma agrária no Paraná;
- Construção de novas políticas para o campo e para os assentados como:



Educação, Ater, Saúde e Comunicação, baseada nos princípios da Agroecologia;

Oficina 08: Ater e Pesquisa para o Desenvolvimento Local e Sustentável

Adoniram Sanches Peraci – SAF/MDA
Silvio Ney Barros Monteiro – Cenater Nacional

Segundo Adoniran, o crédito rural e o serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater) não tem mais o mesmo peso político no direcionamento do desenvolvimento rural, como teve nos áureos tempos da Revolução Verde. Afirma que o mercado será o grande responsável por direcionar o modelo de agricultura do futuro.

Para Adoniran, o novo serviço de Ater deverá dar prioridade na execução e implementação das grandes políticas públicas como PAA, PNAE, Habitação Rural, entre outras, e orientar as ações técnicas para a construção de uma matriz produtiva com sustentabilidade e capaz de incorporar as dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Em 2010 as chamadas de Ater previstas na perspectiva da Lei 12.188, serão orientadas para atender as demandas de Ater dos Territórios da Cidadania em todos os estados brasileiros, portanto, não haverá recursos para os serviços de Ater nas regiões fora desse critério.

Mesmo afirmando que a Emater PR, custas aos cofres públicos aproximadamente 97 milhões de reais/ano, sem considerar a contra partida dos municípios, para Adoniran continuar apostando nos serviços de Ater estatal é estratégico, pois entende que para os pobres é fundamental o estado forte.

Segundo Silvioney, a ATER é transversal e foi até hoje, junto com o crédito rural, um dos principais instrumentos de políticas agrícola que impulsionaram a Revolução Verde. Para Silvioney, a Ater deverá continuar cumprindo importante papel na concretização do novo modelo, no entanto, ela precisa ser reconstruída na sua essência, como, rediscutir a matriz produtiva, as metodologias, os processos de gestão, as formas de controle e participação, inclusive financeira, dos beneficiários, entre outros.



Destaca a necessidade de rever os processos de educação superior, necessidade de ajustar a grade curricular para nova realidade baseada na agroecologia; formação dos agentes locais de ATER que atuem nas próprias comunidades e formação continuada dos profissionais que estão atuando;

O crédito mais racional levando-se em consideração não somente viabilidade econômica, mas também levar em consideração a questão ecológica;

ATER sistêmica - trabalhar metodologia, melhorar a relação entre pesquisa e extensão - entrar na universidade e propor melhorias; ater não pode ficar apagando incêndio, a ater deve ser menos ativista e mais reflexiva;

A proposta de ATER cooperativada como estratégia para atender os agricultores que não tem acesso ao serviço de acompanhamento e que não seja vinculada nem ao governo e nem as empresas vendedoras de insumos e máquinas.

O controle social da Ater pelos beneficiários como mecanismo de manter o foco e evitar que interesses se apropriem desse importante instrumento;

Dentre os principais desafios do Cenater nacional está a sustentabilidade, expansão e consolidação;

Oficina 09: Agricultura Familiar, Código Florestal e Serviços Ambientais

Luiz Carlos Balcevicz – Ministério do Meio Ambiente

Pedro Tonelli - Representante da Itaipu Binacional

O Brasil possui a maior biodiversidade do mundo no, entanto, mantém uma das maiores desigualdades mundiais. Discute-se código florestal a partir das florestas e esquece-se de analisar outros aspectos tão importantes com as questões ambientais, rios nas cidades, grandes empresas poluidoras, grandes florestas de pinos etc...

As disputas dos Ruralistas com Ambientalistas impedem de visualizar o trabalho que a agricultura familiar pode oferecer para a preservação da biodiversidade e dos diferentes biomas brasileiros.

A oficina aponta para a necessidade de construir políticas públicas que valorizem a biodiversidade e busque a preservação do ambiente, no entanto, é



necessário regar quem deverá receber os benefícios. Nesse sentido o grupo destaca:

Devem receber os serviços ambientais os agricultores que residem na terra e tenha a atividade agropecuária como fonte de renda, de acordo com a Lei da Agricultura Familiar;

Deverá ser criado Fundo da Biodiversidade, com recursos dos tributos arrecadados para custear os agricultores que prestam esse serviço a nação.

A pesquisa brasileira deverá contribuir para combater as desigualdades e auxiliar no controle desse processo.

Falta definir que tipo de serviços que podem ser remunerados ou pagos;

É fundamental um novo modelo produtivo com sustentabilidade e inclusão social.

Oficina 10: Experiências Internacionais do Cooperativismo

Isabel Cruz, Presidente del FOROLACFR, México
Percy Villazana, Director Ejecutivo, FOROLACFR, Perú
Brigido García, Presidente, ASOMI, El Salvador
Marcio Oblitas, Vicepresidente, FINRURAL, Bolivia

Os participantes reconhecem o papel do governo Brasileiro, sendo fundamental no desenvolvimento e implantação de políticas públicas.

Ficou claro que a cultura regional é decisiva na implantação de um sistema cooperativo. Constatado o acúmulo de conhecimento que existe no Sistema Cresol e a importância de uma maior interação com as demais iniciativas nos outros países.

O sistema de crédito Fundação Sartawi - Bolívia possui como critério a liberação do crédito somente com uma ATER garantida fazendo uma triangulação das ações, financiamento, assistência técnica e comercialização.

Os demais países têm pouca experiência com cooperativa de crédito e o Sistema Cresol possui uma metodologia que pode se replicar adaptando as realidades locais.

México possui um grande avanço em tecnologias para o microcrédito com ferramentas alternativas e diversas (transações financeiras pelo celular).



5 – Considerações Finais

O surgimento de empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, é hoje fato indiscutível em diversas regiões brasileiras, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, além de diversos países da América Latina, América Central e Europa.

Essas iniciativas representam uma opção econômica importante para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Diversos estudos indicam que tais iniciativas, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permanecer no mercado, com razoável perspectiva de sobrevivência.

Esse quadro promissor de organização da sociedade, através do cooperativismo, além de carrear rapidamente o apoio de universidades, ativistas, agências dotadas de programas sociais e órgãos públicos, despertou interesse de estudiosos para o problema da viabilidade desses empreendimentos em longo prazo, bem como para a natureza e o significado contido nos seus traços sociais peculiares, de socialização dos bens da produção e do trabalho. Setores da esquerda, reconhecendo ali uma nova expressão dos ideais históricos das lutas populares do campo e da cidade, passaram a integrar a economia solidária em seus debates, em seus programas de mudança social e em sua visão estratégica de construção socialista.

Com o objetivo de impulsionar ainda mais esse movimento emergente de base, que se articula através de redes de organizações cooperativas, o Encontro do Cooperativismo Solidário e da Agricultura Familiar que se realizou em Francisco Beltrão nos dias 30 de junho, 01 e 02 de Julho de 2010, procurou aprofundar grandes questões relacionadas à agricultura familiar e, reafirmar para a sociedade brasileira a importância que esse segmento social organizado pode dar para o desenvolvimento do interior brasileiro e para os pequenos municípios com base na



Encontro do Cooperativismo Solidário e da Agricultura Familiar



economia familiar.

Apesar de importantes conquistas já alcançadas pelo cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária, como: a Lei da Agricultura Familiar, a democratização do acesso ao crédito através da expansão do cooperativismo, a organização de cooperativas em diversas cadeias produtivas, a organização do cooperativismo solidário nos estados e nacional, reconhecimento da Unicafe como representante do cooperativismo de economia solidária, diversas conquistas nas áreas sociais com programas de habitação, assistência técnica, alimentação escolar, entre outros, ficou claro no Encontro que ainda, muitas lutas deverão ser desencadeadas para que o cooperativismo se fortaleça ainda mais e se torne um verdadeiro instrumento de desenvolvimento e de construção da cidadania para milhares de brasileiros.

Lutas como a necessidade de um novo Marco Regulatório do cooperativismo, a redução da carga tributária das cooperativas; a implantação do SUASA em todos os municípios com vistas a melhorar a agregação de valor; reconhecimento público do cooperativismo de economia solidária com políticas de estímulo e fomento; melhor relação do cooperativismo com as políticas públicas, mais recursos para a formação cooperativista como forma de avançar na construção de nova consciência, mais justa e sustentável, entre outras.

A Unicafe/Pr e o Sistema Cresol Baser, estão profundamente envolvidos nesse processo, inclusive auxiliando a organização do cooperativismo em diversos estados brasileiro e em outros países da América Latina e Central, por outro lado, a Unicafe e a Cresol, têm dado importante contribuição na construção de política públicas que sejam favoráveis ao fortalecimento da Agricultura Familiar e a Economia Solidária.

Francisco Beltrão/PR, 02 de Julho de 2010.



Juntos Somos Fortes